



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000301781

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2087216-91.2025.8.26.0000, da Comarca de Paulo de Faria, em que é agravante ADRIANA MARIA PEREIRA DA SILVA CONCEIÇÃO, é agravado TROP FRUTAS DO BRASIL LTDA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 20ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso, com observação. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROBERTO MAIA (Presidente) E REBELLO PINHO.

São Paulo, 28 de março de 2025.

LUIS CARLOS DE BARROS

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo de Instrumento nº 2087216-91.2025.8.26.0000

AGTE.: ADRIANA MARIA PEREIRA DA SILVA CONCEIÇÃO

AGDOS.: TROP FRUTAS DO BRASIL LTDA

COMARCA: PAULO DE FARIA

VOTO: 58429

Ementa: Justiça Gratuita. Pessoa física. Aplicação do § 3º e 4º do artigo 99 do CPC. Recurso provido, com observação.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que indeferiu a Justiça Gratuita pleiteada pela autora, sob o fundamento de que a requerente não comprovou o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão do benefício em questão (fl. 33/37 dos autos da ação principal).

A agravante requer a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, alegando que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, sem prejuízo de sua subsistência e de sua família. Salienta que exerce atividade empresarial de pequeno porte e que vem enfrentando dificuldades financeiras, conforme declaração apresentada ao SIMEI, indicando movimentação mínima (fls. 01/06).

O recurso foi processado com as formalidades

legais.

É o relatório.

Quanto ao pedido de concessão de justiça gratuita, o Código de Processo Civil dispõe em seu art. 98 que a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

A recorrente é pessoa física. Sendo assim, deve ser aplicado o disposto no artigo 99 do CPC:

“Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

(...) § 2º O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”.

A agravante declara hipossuficiência.

O painel probatório acostado às fls. 30/32 dos autos da ação principal não tem o condão de obstar a concessão da Justiça Gratuita, sendo de rigor a concessão do benefício.

Considerando o resultado deste julgamento, caso já tenha sido proferida sentença de extinção do feito, nos autos principais, será hipótese de ineficácia deste ato.

Neste sentido, invoca-se a seguinte lição doutrinária de Nelson Nery Junior, nestes termos: “Os atos processuais que são praticados depois da interposição do agravo ficam sujeitos a condição resolutiva, isto é, dependem do desprovimento do recurso. Caso seja provido, todos esses atos tornam-se ineficazes” (Princípios fundamentais -Teoria Geral dos Recursos-RT,4ª edição, página 367)”.

Ante o exposto, dá-se provimento ao recurso para conceder à recorrente os benefícios da Justiça Gratuita, com observação.

LUIS CARLOS DE BARROS

Relator